

REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS ACERCA DO COTIDIANO

Josiane Thethê Andrade - UNEB

jothethe@hotmail.com

Os estudos historiográficos acerca da vida cotidiana dos indivíduos devem ser tomados como um rico campo de investigação histórica. Não só um privilégio da sociologia ou antropologia, aliás, o trabalho conjunto da História com estas outras ciências sociais pode ser rico, pois trazem a cena histórica importantes abordagens teórico-metodológicas, possibilitando o conhecimento de realidades múltiplas, portadoras de minúncias muitas vezes menosprezadas.

Refletir sobre o cotidiano é se debruçar sobre pequenas partes de um grande mosaico. Segundo Pesavento, (2004: 181) trabalhar com uma escala reduzida proporciona uma maior profundidade de análise das fontes gerando, conseqüentemente, uma pluralidade de respostas para uma questão, ampliando as possibilidades de investigação histórica. A Micro-História seria então, uma postura atualizada e condizente com as preocupações de seu tempo, esta era da dúvida e tempo de suspeita, em que tudo parece se colocar sob interrogação e questionamento, que se amplia o leque dos possíveis e se reduz o horizonte das certezas. Tal postura garante para a micro-história um lugar privilegiado nesta corrente historiográfica contemporânea que se convencionou chamar de História Cultural ou ainda de uma Nova História Cultural.

Todavia, o trabalho com escalas reduzidas lança alguns desafios ao historiador e a própria prática histórica. Pesavento chama a atenção para importância do conhecimento extramicro para o historiador. Pois é, num “jogo de escalas” micro/macro, que as *“especificidades se explicam e ganham significado por aquilo que estaria extramicro, ou extra-região e extralocal”* (PESAVENTO, 2004: 183). Estabelece-se um número maior de relações e interpretações possíveis, pois com uma bagagem maior de conhecimento o historiador consegue estabelecer articulações, analogias, contraste e justaposição com outras escalas e situações (PESAVENTO, 2004: 184).

O processo de análise das escalas e das fontes pode implicar num outro problema o da superinterpretação. Corre-se o risco de ver além das fontes ou fazer relações que extrapolam os indícios investigados. Assim como incorrer no erro de encarar a História Regional e Local, como algo que busca só originalidades, especificidades únicas. Sabe-se que

o particular e geral se influenciam dentro de uma dinâmica social e cultural. Ao fazer este tipo de afirmação o historiador deve estar atento à sua prática, cuidando para não fazer do trabalho de microanálise uma caça ao tesouro.

Mas, talvez, a grande contribuição da Micro-História para os estudos regionais seja a busca do conhecimento empírico, a vida cotidiana dissecada em suas minúcias. “Ela tem por função identificar os sistemas de contextos nos quais se inscrevem os jogos sociais” (LEPETIT, 1998: 88). Os caminhos percorridos pelos indivíduos, *“itinerários que fazem aparecer à multiplicidade das experiências, a pluralidade de se seus contextos de referência, as contradições internas e externas das quais elas são portadoras”* (REVEL, 1998: 22).

Pesavento aponta que a busca minuciosa pelo universo mental dos homens, suas sensibilidades revelam irracionalidades, desejos que muitas vezes movem suas ações e não aparecem em objetos palpáveis se não nos sonhos, nos anseios, nos medos. Para explicitar isto a autora lança mão de uma metáfora, que dividiria a vida do homem em dois mundos que interagem, o mundo do corpo e da alma. Assim definidos:

(...) A micro-história ousaria ser capaz de produzir, duas formas de conhecimento da realidade: uma que produz um saber sobre as coisas que podem ser medidas e mesmo comprovadas, e que pertence ao reino do corpo do mundo, da observação direta do real; outra que constrói um saber sensível, através de indícios, de sensibilidades, emoções e valores, por vezes imperceptíveis, que têm na imaginação o seu potencial criador e que fazem parte daquilo que pode ser definido como a alma do mundo (PESAVENTO, 2004: 188).

Fica então o desafio para os historiadores que se debruçam sobre o método de microanálise. Atingir as sensibilidades dos homens do passado, revelar como eles representavam a si próprios e ao mundo. Um mundo simbólico repleto de discursos, por vezes imperceptíveis, multifacetados. E, ao mesmo tempo, possível de mensurar em certos aspectos, ações concretas, palpáveis, passíveis de medição e comprovação. Nesse ponto, o historiador deve *“optar sempre pelo olhar oblíquo, indireto, para ver além, mudando o ponto de observação”* (PESAVENTO, 2004: 187).

O método indiciário, forjado por Carlo Ginzburg, (1989: 57) pode ser de grande valia aos historiadores que reduzem a escala para aprofundar a análise. Ajuda-os a enxergar com outras matizes os acontecimentos cotidianos, vendo no que é aparentemente corriqueiro,

comum, negligenciado, os indícios, sinais e vestígios que podem funcionar como a chave para o conhecimento da realidade. O historiador, assim como o médico, busca entender as doenças nas minúcias dos sintomas apresentados em cada indivíduo de modo diverso.

A Micro-História revela-se uma História do particular, que de modo geral desconfia das formulações gerais e da abstração. Partir do individual para o geral é um traço marcante da microanálise, contudo sem negar a interação com o geral.

(...) pois a escolha do individual não é vista como contraditória a do social: ela deve tronar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve (REVEL, 1998: 21).

Aprofundar as considerações a cerca dos estudos sobre o cotidiano se mostram de grande valia para àqueles que se dedicam aos estudos regionais e locais. Muitas vezes, é na vida de todo dia, que os historiadores encontram a chave de entendimento do conhecimento histórico produzido pelos indivíduos nas relações sociais. Sobretudo, num ramo da História onde as experiências de vida são fundamentais para compreensão da mesma. Acerca destas considerações, as ponderações feitas por Michel de Certeau (1994: 41) no livro “A invenção do cotidiano” são de grande valia. O autor argumenta que os mecanismos de poder, regulamentação e disciplinamento da sociedade que tentam regular e controlar a vida dos homens, podem ser burlados através de práticas, táticas e estratégias de sobrevivência que os indivíduos criam na dinâmica cotidiana. A vida social torna-se espaço de negociação dentro de um cotidiano improvisado, sempre possível de ser re-inventado.

A ação dos indivíduos ou suas “maneiras de fazer” “constituem mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural” (CERTEAU, 1994: 41). Certeau (1994: 38), enfatiza que esses modos de procedimentos ou esquemas de ação, se dão sempre no social, “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade”. Na qual o sujeito é seu autor ou seu veículo.

Já Agnes Heller (1992: 17) argumenta que “a vida cotidiana é a vida de todo homem”. Ele está emerso na cotidianidade, não escapa a sua dinâmica. O indivíduo é ao mesmo tempo um ser particular e ser genérico, porque cada sujeito é único e capaz de fazer escolhas individuais, ao mesmo tempo, que é produto de suas relações sociais e sujeitos as suas influências a partir de assimilações. Termo usado pela autora para se referir as formas de

intercâmbio social, nas quais o indivíduo mediado por grupos (família, escola, comunidade, etc.) aprende os elementos da cotidianidade (HELLER, 1992: 21).

Heller aponta como a vida cotidiana é heterogênea e hierárquica. Fatores imprescindíveis para conseguir uma normalidade da sociedade, porém as hierarquias não são imutáveis nem eternas. Essas estruturas aparentemente paralisantes não impedem o movimento dos indivíduos, já que estes se valem de certa liberdade de escolhas carregadas, segundo Heller, de preceitos morais que aumentam ou diminuem sua ação na cotidianidade. “Quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, isto é, pelo humano-genérico, tanto mais facilmente sua particularidade se elevar” (HELLER: 24).

Do ponto de vista historiográfico para Heller (1992: 20) “*a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social*”. A História parte da cotidianidade e a ela retorna. Todavia, Martins (2004: 96-97) ao analisar as diferenças entre vida privada e vida cotidiana chamou a atenção para o uso de conceitos definidores do que seria cotidiano. Muitas vezes reduzido a “usos e costumes” ou a repetição. O historiador, na sua perspectiva, deve estar atento as noções de vida privada e vida cotidiana dentro de suas naturezas próprias, não as encerrando em conceitos fechados. A abordagem teórico-metodológica usada pelo historiador é fundamental para historicizar a vida cotidiana, para que esta não apareça como uma mera descrição de atos repetitivos e corriqueiros.

Sociólogos e historiadores no estudo do cotidiano devem, segundo Martins, estar atentos ao conceito de senso comum, ao seu uso e lugar na vida cotidiana. “*O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e exterior ao conhecimento, mas porque é conhecimento compartilhado entre sujeitos na relação social*” (MARTINS, 2004: 59). Os significados da interação no senso comum são frutos de um processo de interação entre os atores sociais, visto que as relações sociais estão permeadas por uma dramática atividade de simulação e teatralização. Os indivíduos não se expõem diretamente com receio de descréditos nas suas ações, os atores sociais, primeiro se experimentam para daí interagirem e criarem um “*método de produção de significados*”, que caracteriza o senso comum (MARTINS, 2004: 60-61).

O homem simples ou o homem ordinário, na definição de Certeau (1994: 60-62) compõe o conjunto de anônimos que estão na base da sociabilidade moderna. E tem na vida cotidiana um campo de atuação e exposição de suas vontades, de suas lutas, compartilhadas e experimentadas no convívio social. As ações desse homem simples podem ser silenciosas, explícitas em práticas e “pequenos jogos” de astúcia para superar as adversidades diárias que

garantam sua sobrevivência. Mas a vida cotidiana vivencia também grandes rupturas e movimentos do tecido social, que promovem transformações profundas na sociedade.

Martins, referindo-se a uma idéia defendida por Heller (1992: 64), aponta que “*só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana.*” Assim ocorrem as rupturas nas situações de inviabilidade da reprodução e de ação dos sujeitos, quando eles se sentem sem a liberdade de atuação se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento e da transgressão.

Os estudos do cotidiano encontram guarida também na História Cultural, pois como afirma Barros (2004: 57), “*a vida cotidiana está inquestionavelmente mergulhada no mundo da cultura.*” Ao existir, o indivíduo já produz cultura. A História que por muito se recusou em ver historicidade na cotidianidade, nas suas práticas e representações sociais, tem na História Cultural, uma gama de objetos de estudo, diversidade tão grande que os historiadores que se debruçam sobre os estudos culturais têm sentido dificuldade estabelecer noções de cultura e limitar seus domínios de investigação, pois trata-se de uma “dimensão múltipla, plural, complexa e que pode gerar diversas aproximações diferenciadas” (BARROS, 2004: 57).

Diante dessa diversidade é interessante abordar aqui algumas das principais discussões que tomou conta dos debates históricos a cerca da cultura nas últimas décadas. Questões como a própria concepção de cultura, a legitimidade na divisão entre cultura popular e erudita, a consistência de certos conceitos como os de “biculturalidade”, “circularidade”, “mulculturalismo” e “hibridismo cultural” são alguns exemplos de conceitos de cultura, gerando uma larga produção historiográfica a respeito dos mesmos. Para se ter uma noção do que vem sendo produzido vale citar alguns nomes de referência nos estudos culturais e como eles abordam o tema cultura.

Carlo Ginzburg (1987: 32), por exemplo, partindo de uma crítica à História das Mentalidades, para ele, “inconsistente nos elementos inertes, obscuros, inconscientes de uma determinada visão de mundo”. Sem falar no seu caráter interclassista, opta por uma outra perspectiva, que é a de cultura popular. Isto porque “*uma análise de classes é sempre melhor do que uma interclassista*” (GINZBURG, 1987: 32). Em *O Queijo e os Vermes*, tais ideias ficam evidentes. Neste trabalho Ginzburg justifica sobre o empréstimo do termo cultura feita pela antropologia cultural. Esclarece que optou pelo conceito de cultura popular ou de classes subalternas diante da constatação feita pela antropologia que “*as camadas inferiores dos povos civilizados*” possuíam cultura (GINZBURG, 1987: 17).

A concepção de circularidade cultural que propõe como recíprocas as influências entre cultura dos segmentos dominantes e subalternos – movendo-se de baixo para cima – constitui-se noutra importante contribuição de Ginzburg, inspirado no lingüista Mikhail Bakhtin. No movimento de circularidade, ambas a cultura popular e de elite se influenciam mutuamente, de acordo com valores próprios de cada classe social.

Aproximando-se do conceito de circularidade cultural o historiador Peter Burke (1989: 56) cunhou o termo “biculturalidade”, para expressar o quanto membros das elites conheciam e participavam da cultura popular, ao mesmo tempo em que preservam sua cultura, ou seja, práticas culturais eram compartilhadas entre membros do povo e das elites. Todavia, a expressão cultura popular e erudita/elite é criticada por certos estudiosos, dada a sua extensão e impressão homogeneizante que passa. Roger Chartier (1991: 138-178), um de seus críticos, defende a ideia de que os sujeitos se apropriam e representam as práticas culturais de formas diversas. Há imbricações entre elas e diferentes maneiras de apropriação dos objetos, não sendo, por vezes, possível estabelecer claramente a fronteira entre popular e erudito, encontrando formas originais de cultura do povo como queria alguns historiadores.

Thompson, historiador inglês, numa outra perspectiva e mais ligado a História Social, foi um dos pioneiros no que tange os estudos de História Cultural, aproximando os dois campos, ao afirmar que “*a classe social se constitui numa formação econômica e também cultural*” (THOMPSON, 1987: 10). Nos seus estudos culturais sobre a classe camponesa e urbana, assim como as transformações operadas na Inglaterra do século XVIII, Thompson (1998: 152) observa que a cultura popular pode ser inserida nos movimentos das classes trabalhadoras em defesa de seus costumes ante as mudanças do mundo industrial moderno, no que ele chamou de “*economia moral da multidão*”. Assumindo um nítido viés de luta de classes na defesa de seus costumes, que incluíam tanto condições de trabalho como festas, feiras, vida em tabernas e ritos sociais.

Para encerrar este apanhado teórico sobre História Cultural, as concepções de cultura de dois outros estudiosos: Stuart Hall e Homi Bhabha. Hall utiliza o termo multiculturalismo, que “*refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidades gerados pelas sociedades multiculturais*” (HALL, 2003: 52). Conceito criado e usado por Hall para o estudo de sociedades específicas, com realidades históricas e culturais marcada pela diversidade cultural.

Para Bhabha, o hibridismo cultural é sinal de que os ditos sistemas globais negociam com a diferença do outro, numa tradução cultural e negociações incompletas visto que:

(...) o lugar da diferença e da alteridade, ou o espaço do adversário, dentro desse sistema de “disposição” que propus, nunca é inteiramente do lado de fora ou em oposição implacável. Ele é uma pressão, é uma presença, que age constantemente, embora de forma desigual, ao lado de toda a fronteira da autorização, (...) o contorno da diferença é agnóstico, deslizante, fendente... (BHABHA, 2005: 159).

Desta forma, estes diferentes pontos de vista demonstram que ainda hoje é arriscado assumir conceitos cristalizados do termo cultura. Os teóricos aqui mencionados e outros tantos que não foram citados revelavam que a cultura não pode ser reduzida a meros esquemas, limitada em um conjunto de crenças e costumes. A cultura é permeada de representações, apropriações, simbologias, variando de acordo com experiências e vivências dos diferentes sujeitos históricos, lugares, espaços, relações econômicas, políticas e sociais.

Cabe àqueles que se dedicam ao estudo da temática da cultura avaliar quais os melhores conceitos ou procedimentos a serem adotados diante da vasta gama de significações do termo cultura, não se perdendo em teorias vagas ou realizando meros trabalhos descritivos. Na verdade os historiadores que se dedicam aos estudos culturais devem estar atentos ao conceito de cultura que mais se aproxima de seus objetos de pesquisa. Vale lembrar que as abordagens teórico-metodológicas não devem estar desvinculadas de outras dimensões e campos da História, sobretudo, dos estudos cotidianos, pois é na vida de todo dia que os sujeitos constroem suas histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BURKE, Peter. **Cultural popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, nº 11 (5), p. 173-191, 1991.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte. UFMG, 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

LEPETIT, Bernad. Sobre a escala na História. In: **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jathay. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. São Leopoldo, **História Unisinos**, v. 8, nº 10, p. 179-189, jul. dez. 2004.

REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.